

# O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault

*The Sense of Biopolítica in Michel Foucault*

Fernando Danner<sup>1</sup> (UNIR-Porto Velho-RO)

[nando\\_dn@yahoo.com.br](mailto:nando_dn@yahoo.com.br)

**Resumo:** O texto tem por objetivo defender a idéia que tanto a anátomo-política do corpo como a biopolítica da espécie foram os dois procedimentos de poder postos em prática pelo Estado moderno e que tem como tarefa principal a formatação e o controle do indivíduo e da própria sociedade.

**Palavras-Chave:** Foucault; Genealogia do Poder; Biopolítica.

**Abstract:** this paper aims to defend the Idea of both anatomical-policy of body and biopolitics of species were two power procedures used by modern State and them have by objective the formatation and the control of individual and society.

**Key Words:** Foucault; Genealogy of Power; Biopolitics.

## 1. Considerações iniciais

Os anos de 1970 marcam um novo direcionamento nas análises de Foucault. O que passa a lhe interessar agora é o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e, na mesma medida, como nos constituímos na conexão entre ambos (ser-poder).

O objetivo da genealogia é desenvolver uma concepção não-jurídica do poder, isto é, uma concepção *alternativa* àquela do poder como lei ou como direito originário que se cede para constituir uma soberania. Com isso, estabelece um deslocamento em relação às teorias jurídico-políticas tradicionais que atribuem ao Estado a centralidade do poder. O poder deve ser visto, em Foucault, como algo que funciona em rede, que atravessa todo o corpo social. E mais: segundo ele, o poder não pode ser caracterizado meramente, nem fundamentalmente, como repressivo, como algo que diz essencialmente “não”; é preciso perceber seu aspecto *positivo* (aquele lado que o faz tornar-se ideológico, aceito coletivamente), isto é, o de formação de individualidades e de rituais de verdade.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela PUCRS; professor assistente do Departamento de Filosofia da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

As análises genealógicas se complementam com o mapeamento do poder disciplinar e, em seguida, com o biopoder. Para Foucault, a constituição do Estado moderno, com a gênese e o desenvolvimento das novas relações de produção capitalistas, leva à instauração da anátomo-política disciplinar e da biopolítica normativa enquanto procedimentos institucionais de modelagem do indivíduo e de gestão da coletividade; em outras palavras, de formatação do indivíduo e de administração da população.

O artigo pretende mostrar que as sociedades modernas serão caracterizadas, por Foucault, como sociedades disciplinares e normativas, na medida em que o desenvolvimento do indivíduo e da sociabilidade se dá a partir dos condicionamentos do Panóptico, entendido enquanto o modelo basilar a partir do qual se dá a gênese deste indivíduo e desta população moderna.

## 2. O que é o poder?

Não existe, em Foucault, uma teoria do poder (nem era sua pretensão fundar uma). Em oposição à teoria, Foucault propõe que se faça uma ‘analítica do poder’. Pois, segundo ele, “se tentarmos construir uma teoria do poder, será necessário sempre descrevê-lo como algo que emerge num determinado lugar e num tempo dados, e daí deduzir e reconstruir sua gênese”.<sup>2</sup> Portanto, não existe ‘o Poder’; o que existe são relações de poder, isto é, “formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”.<sup>3</sup>

Uma das principais idéias que perpassam a analítica do poder de Foucault é uma espécie de deslocamento em relação à teoria política tradicional, que atribuía ao Estado o monopólio do poder. O que parece evidente nas investigações de Foucault é a existência de uma rede de micro-poderes a ele (ao Estado) articulados e que atravessam toda a estrutura social. Portanto, trata-se de buscar analisar o poder partindo não do seu centro (Estado) e ver como ele se exerce em níveis mais baixos da sociedade (análise descendente), mas sim o inverso, isto é, partir desses micro-poderes que atravessam a estrutura social e ver como

---

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *Confession of the Flesh: Recherches sur le Systeme Pénitentiaire au XIX Siècle*. Paris: Éd. Du Seuil, 1980, p. 199.

<sup>3</sup> MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. X.

eles se relacionam com a estrutura mais geral do poder que seria o Estado (análise ascendente). Segundo Foucault:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.<sup>4</sup>

Como se pode perceber, as análises de Foucault mostram uma não identidade entre poder e Estado, no sentido de que o poder não se restringe meramente a este. O poder não pode ser visto como um processo global e centralizado de dominação *strictu sensu* que se exerceria em diversos setores da vida social, mas sim que funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos que atravessam toda a sociedade e do qual nada nem ninguém escapa.

A analítica do poder de Foucault impõe um deslocamento em relação ao Estado, na medida em que identifica a existência de uma série de relações de poder que se colocam fora dele e que de maneira alguma devem ser analisadas em termos de soberania, de proibição ou de imposição de uma lei. Porém, Foucault não quer negar a importância do Estado; sua intenção é demonstrar que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e se estendem por toda a sociedade. Digamos assim: não apenas o Estado, na modernidade, foi o centro de controle e de formação da sociabilidade; instituições como a escola, as ciências, a fábrica, o quartel, o hospício, etc., também foram fundamentais (basta citar o caso da escola enquanto uma das instituições centrais da modernidade e de nosso tempo) no que diz respeito à formação das massas, no que diz respeito à legitimação da racionalidade capitalista. Afirmar que o poder se restringe ao Estado, sendo sua função exclusiva, seria avaliar parcialmente a conexão que o Estado estabelece com estas instituições: que seria, por exemplo, da racionalidade estatal sem o ensino na escola, o desenvolvimento científico, o trabalho na fábrica, a punição na prisão, etc.? Diz ele:

---

<sup>4</sup> FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 182.

Revista *Estudos Filosóficos* nº 4/2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 143 – 157

Situar o problema em termos de Estado significa continuar situando-o em termos de soberano e soberania, o que quer dizer, em termos de Direito. Descrever todos esses fenômenos do poder como dependentes do aparato estatal<sup>5</sup> significa compreendê-los como essencialmente repressivos: o exército como poder de morte, polícia e justiça como instâncias punitivas, etc. Eu não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder e, conseqüentemente, sua análise se estendem além dos limites do Estado. Em dois sentidos: em primeiro lugar, por que o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação à toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia, etc.

Daí, sem dúvida, a importante afirmação de que o poder não é uma coisa, uma propriedade que pertence a alguém ou alguma classe; não existe, de um lado, aqueles que detêm o poder (dominantes) e, de outro, aqueles que a ele estão submetidos (dominados). Na realidade, ‘o Poder’ não existe. Existe, sim, práticas ou relações de poder. Logo, o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona em rede e que, portanto, deve ser entendido antes como uma tática, manobra ou estratégia do que uma coisa, um objeto ou bem. Em *Vigiar e Punir*, Foucault afirma:

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma ‘apropriação’, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas –

---

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. *L'impossible Prison : Recherches sur le Systeme Pénitentiaire au XIX Siècle*. Paris: Du Seuil, 1980, p. 122.

efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados.<sup>6</sup>

O que parece evidente nas investigações de Foucault é uma espécie de “funcionalidade” do poder. Isto é, a idéia de que o poder funciona como uma maquinaria que não está localizado em um lugar específico, mas que se dissemina por toda a estrutura social e a perpassa. Trata-se de relações de poder que constituem um sistema de poder, a partir de instituições que mantêm uma ligação social, política entre si, com base no Estado: temos, como exemplo, o aparato estatal, meios de comunicação, escolas, fábricas, e o que é legítimo e/ou ilegítimo a eles enquanto elo comum de suas relações. “O poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares”.<sup>7</sup> Isto implica que as próprias lutas contra o seu funcionamento não possam ser feitas de fora, do exterior, pois nada nem ninguém está livre de poder; ele está, como vimos, em toda parte e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E, como afirma Foucault, onde há poder há sempre possibilidade de resistência, de modo que

[...] não existe [...] *um* lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim *resistências* no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. [...] As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível”.<sup>8</sup>

Em suma, Foucault rejeita a idéia de poder inspirada no modelo econômico, do poder como mercadoria, como um bem que se possui. Um aspecto importante da analítica do poder de Foucault é a adoção do modelo da guerra à inteligibilidade das relações de

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 29.

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976, p. 89.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 91-92.

poder. Assim, “o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios”.<sup>9</sup> Ou seja, o poder é luta, enfrentamento, disputa, relação de forças, estratégia, onde se tem por objetivo acumular vantagens e multiplicar benefícios. Portanto, é em termos de guerra que melhor podemos compreender o modo pelo qual se desdobra e se articula a extensa rede de poderes que atravessa o corpo social. A base das relações de poder seria o confronto belicoso das forças sociais em antagonismo constante.

Ao adotar o paradigma da guerra à inteligibilidade das relações de poder, Foucault tenta escapar das insuficiências da análise tradicional do poder, onde, em geral, a reflexão se dá em termos de Direito e soberania, os quais, via de regra, caíam numa perspectiva onde o poder se exerceria através de aspectos negativos – proíbe, obstaculiza, constrange, etc. – e sob a forma da lei. A utilização deste modelo se inscreve na preocupação de Foucault de desenvolver o instrumental teórico necessário a uma nova análise do poder. Diz ele:

O que me parece certo é que, para analisar as relações de poder, só dispomos de dois modelos: o que o Direito nos propõe (poder como lei, proibição, instituição) e o modelo guerreiro ou estratégico em termos de relações de forças. O primeiro foi muito utilizado e mostrou, acho eu, ser inadequado: sabemos que o Direito não descreve o poder. O outro sei bem que também é muito usado. Mas fica nas palavras: utilizam-se noções pré-fabricadas ou metáforas (‘guerra de todos contra todos’, ‘luta pela vida’) ou ainda esquemas formais (as estratégias estão em moda entre alguns sociólogos e economistas, sobretudo americanos). Penso que seria necessário aprimorar esta análise das relações de força.<sup>10</sup>

O que a genealogia do poder operada por Foucault se propõe é desenvolver uma concepção não-jurídica do poder. Ou seja, não se pode dar conta do poder se ele é caracterizado como algo que fundamentalmente diz respeito à lei e à repressão. A crítica de Foucault se dirige principalmente a duas direções: a primeira diz respeito às teorias dos filósofos do século XVIII, que definem o poder como direito originário que se cede para se

---

<sup>9</sup> FOUCAULT, Michel. Genealogia e Poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 176.

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. Não ao Sexo Rei. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 241.

constituir a soberania e que tem como objeto o contrato social; a segunda, às teorias que fazem a crítica do abuso do poder, caracterizando o poder não somente por transgredir o direito, mas o próprio direito por ser um modo legal de exercício da violência e o Estado, cujo papel central é realizar a repressão, isto é, o poder como uma espécie de violência legalizada.<sup>11</sup>

Na realidade, o que Foucault procurou fazer em *Vigiar e Punir* (com o estudo das instituições carcerárias) e em *A Vontade de Saber* (a partir do estudo da constituição da sexualidade) é justamente mostrar que é um equívoco procurar qualificar o poder como fundamentalmente repressivo, que diz “não”, que castiga, que impõe limites, etc. Em oposição a essa concepção negativa do poder, característica das teorias dos filósofos do século XVIII, que identificam o poder com o Estado (ou o Estado como foco central do poder) e que o consideram essencialmente como aparelho repressivo, na medida em que seu modo de exercício sobre os cidadãos se daria essencialmente por meio de violência, de coerção, de opressão, da imposição de limites, etc., Foucault acrescenta uma concepção positiva do poder, que justamente tem por objetivo compreender o poder livre de termos como dominação e repressão. Em *Vigiar e Punir*, Foucault afirma:

É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ‘ele exclui’, ele ‘reprime’ ele ‘recalca’, ele ‘censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.<sup>12</sup>

Foucault mostra claramente, na passagem acima, que não se explica o poder quando se procura caracterizá-lo como essencialmente repressivo. Ao contrário das tradições que afirmam que só pode haver saber em locais livres de relações de poder, Foucault deixa claro que:

Temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve, ou aplicando-o porque é útil); que poder e

---

<sup>11</sup> Cf.: MACHADO, Roberto. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: 1979, p. XV.

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 161.

Revista *Estudos Filosóficos* nº 4/2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 143 – 157

saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.<sup>13</sup>

A análise genealógica do poder se complementa com o estudo do poder disciplinar e, posteriormente, com a análise do biopoder. Vejamos, agora, como Foucault tematiza cada um deles.

### **3. Disciplinamento e Panoptismo: o controle político do corpo**

Foi principalmente em *Vigiar e Punir* (1975) e nos cursos que ministrou no *Collège de France*, nos anos de 1970, que Foucault mostrou como surgiram, a partir do século XVII, técnicas de poder que, centradas no corpo dos indivíduos, causaram resultados profundos e duradouros no âmbito macropolítico (principalmente no que diz respeito à consolidação do Estado liberal, que é o estado moderno). Tais técnicas de poder são chamadas por Foucault de *disciplinas*.

O que são as disciplinas? As disciplinas são uma técnica, um mecanismo, um dispositivo de poder, são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade”.<sup>14</sup> Como se pode perceber, as disciplinas trabalham diretamente o corpo dos indivíduos, manipulam seus gestos e comportamentos, formam-no, adestram-no. A disciplina capta o corpo humano numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Ela é uma “‘anatomia política’, [...] uma ‘mecânica do poder’; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam *o que se quer*, mas para que operem *como se quer*, com as técnicas, segundo a

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p.129.

rapidez e a eficácia que se determina”.<sup>15</sup> Como se pode perceber, as disciplinas fabricam corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. Por um lado, elas aumentam as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

Ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por um lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dele uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.<sup>16</sup>

O dispositivo panóptico, idealizado por Jeremy Bentham no século XIX, caracteriza-se como a figura arquitetural dessa nova tecnologia disciplinar. O panóptico, observa Foucault, é uma máquina de vigilância que possibilita que alguns indivíduos consigam vigiar eficiente e permanentemente o comportamento de muitos. Ele funciona a partir de três elementos arquitetônicos principais, a saber: 1) um espaço circular e fechado; 2) uma divisão em celas; e 3) uma torre central. Uma das mais importantes características desse dispositivo, diz Foucault, é que ele instaura um princípio de visibilidade permanente: “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente”. Essa visibilidade não passa de uma armadilha, uma vez que, como afirma Foucault,

[...] cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela, de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. A disposição de seu quarto, em frente da torre central, lhe impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E esta é a garantia da ordem.<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 165-166.

O dispositivo panóptico é um verdadeiro produtor de individualidades; nele, a multidão é abolida em prol de um grande número de individualidades separadas. Mas o mais importante deste dispositivo é sua capacidade de induzir os indivíduos a um estado permanente de visibilidade que assegura perfeitamente o funcionamento automático do poder. O efeito mais importante do dispositivo panóptico é o de:

[...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores. Para isso, é ao mesmo tempo excessivo e muito pouco que o prisioneiro seja observado sem cessar por um vigia; muito pouco, pois o essencial é que ele se saiba vigiado; excessivo, porque ele não tem necessidade de sê-lo efetivamente.<sup>18</sup>

Assim, justifica-se a afirmação de Bentham de que o poder deve ser visível e inverificável. Visível, na medida em que o detento terá sempre diante de seus olhos a torre de onde está sendo vigiado. Inverificável, pois o detento nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter certeza que pode sempre vir a sê-lo. Portanto, “o panóptico é uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto”.<sup>19</sup>

Em suma, o indivíduo é, para Foucault, um produto da disciplina; é uma realidade fabricada por ela. A sociedade que se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII pôs em funcionamento uma tecnologia de poder que constituiu efetivamente os indivíduos como elementos correlatos de poder e de saber. Diz Foucault: “O indivíduo é, sem dúvida, o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama ‘disciplina’”.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 166-167.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>20</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 161.

Revista *Estudos Filosóficos* nº 4/2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 143 – 157

Seu surgimento esteve ligado ao crescimento do aparelho de produção e à grande explosão demográfica do século XVIII. Aliás, a dominação política do corpo que ela realiza tem como característica fundamental a fabricação de um tipo de homem necessário ao bom funcionamento da economia capitalista.

#### 4. Biopolítica e Normalização da População

O conceito de biopolítica surgiu, pela primeira vez, no pensamento de Foucault, numa palestra proferida no Rio de Janeiro, intitulada *O Nascimento da Medicina Social*.<sup>21</sup> Contudo, foi só com a publicação de *A Vontade de Saber* (1976) e, depois, com os cursos ministrados no *Collège de France*, intitulados *Em Defesa da Sociedade* (1975-1976), *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), que Foucault dá a importância e a amplitude que esse conceito merece.

Para Foucault, a partir do século XVIII, o Ocidente conheceu uma profunda transformação nos mecanismos de poder. O poder de soberania, o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver tão característico desse poder, é agora substituído por “um poder que gera a vida e a faz se ordenar em função de seus reclamos”.<sup>22</sup> Segundo Foucault, o século XVIII marca o processo de entrada da vida na história, isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida humana na ordem do saber e nos cálculos do poder. Assim sendo, os processos relacionados à vida humana começam a ser levados em conta por mecanismos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los. Diz Foucault:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Medicina Social*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 79-98.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.128.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 134.

É pelo fato de encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que o poder pode apropriar-se dos processos biológicos para controlá-los e eventualmente modificá-los. Com efeito, para Foucault,

Se pudéssemos chamar de ‘bio-história’ as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.<sup>24</sup>

Trata-se de uma biopolítica porque os novos objetos de saber, que se criam “a serviço” do novo poder, destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se constrói para dar conta de uma dimensão coletiva que até então não havia sido uma problemática no campo dos saberes.

A população é esse “novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”.<sup>25</sup> A biopolítica vai se ocupar, portanto, com os processos biológicos relacionados ao homem-espécie, estabelecendo sobre os mesmos uma espécie de *regulamentação*. E, para compreender e conhecer melhor esse corpo, é preciso não apenas descrevê-lo e quantificá-lo – por exemplo, em termos de nascimento e de mortes, de fecundidade, de morbidade, de longevidade, de migração, de criminalidade, etc. –, mas também jogar com tais descrições e quantidades, combinando-as, comparando-as e, sempre que possível, prevendo seu futuro por meio do passado. E há aí a produção de múltiplos saberes, como a Estatística, a Demografia e a Medicina Sanitária.

Para Foucault, o “limiar de modernidade biológica” de uma sociedade reside exatamente no momento em que a espécie humana entra em jogo nas estratégias políticas de um Estado. “O homem”, diz ele, “durante muito tempo, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão”.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 134.

<sup>25</sup> FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 292.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.134.

Revista *Estudos Filosóficos* nº 4/2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

Pág. 143 – 157

Uma das conseqüências práticas desse poder encarregado de promover a vida é a instauração da norma. Isto é, dito de outro modo, um poder como esse, que tem como tarefa principal a garantia da vida, terá sempre a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. E esse mecanismo é a norma. É por isso que, como afirma Foucault, “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”.<sup>27</sup> Foi a norma que conseguiu estabelecer um elo entre o elemento disciplinar do corpo individual (disciplinas) e o elemento regulamentador de uma multiplicidade biológica (biopoder). A norma é tanto aquilo que se pode aplicar a um corpo que se deseja disciplinar como a uma população que se deseja regulamentar. A sociedade de normalização é uma sociedade onde se cruzam a norma disciplinar e a norma da regulamentação. Para Foucault, foi essa sociedade de normalização que conseguiu cobrir toda essa superfície que vai do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante a instauração dessas duas tecnologias, a disciplinar e a regulamentadora.<sup>28</sup>

Em resumo, a biopolítica se caracteriza, no século XVIII, como uma forma de racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de vivos que constituem uma população.<sup>29</sup>

Com a publicação de *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979), Foucault dá uma nova guinada em suas pesquisas. Seu objetivo é, agora, analisar as novas formas de controle biopolítico, segundo o eixo das economias de mercado, influenciado pelo neo-liberalismo econômico da Escola de Chicago. Na visão de Foucault, sob a influência do neo-liberalismo econômico do pós-guerra, o homem foi compreendido em termos de *homo oeconomicus*, isto é, como um ser agente que, estimulado pelas diversas exigências do mercado, busca responder a essas exigências. O interesse de Foucault, então, se dirige às diversas formas de controle dos indivíduos e das populações, tal como elas se dão nas modernas economias de mercado. “É preciso”, diz Foucault, “governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”.<sup>30</sup> Então, para finalizar, nós vamos encontrar, a

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>28</sup> Cf.: FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 302.

<sup>29</sup> Cf.: BONNAFOUS-BOUCHER, Maria. *Le Libéralisme Dans La Pensée de Michel Foucault: Un Libéralisme Sans Liberte*. Paris: L’Harmattan, 2001.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Revista *Estudos Filosóficos* nº 4/2010 – versão eletrônica – ISSN 2177-2967

<http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

DFIME – UFSJ - São João del-Rei-MG

partir de Foucault, o sentido da biopolítica nas novas configurações da economia de mercado que têm lugar numa economia de mercado. Mas esse é assunto para outro artigo.

## 5. Considerações finais

Portanto, na visão de Foucault, o desenvolvimento da sociedade moderna e das novas relações de produção capitalistas tiveram a necessidade de toda uma tecnologia de poder que age de modo a gerir e a controlar as multiplicidades humanas. A anátomo-política do corpo (ou disciplinas) e a biopolítica da espécie humana foram dois mecanismos do poder inventados no decorrer de segunda metade do século XVII e no decorrer do século XVIII, respectivamente, como instrumentos de formatação e normalização dos indivíduos e das populações, uma espécie de ajustamento dos indivíduos às novas relações de produção então em pleno desenvolvimento.

Estes mecanismos de poder encontram seu sentido justamente a partir da gênese e do desenvolvimento do Estado liberal, já que, segundo Foucault, elas (a anátomo-política e a biopolítica) somente podem ser entendidas convenientemente no quadro instituído pela racionalidade do liberalismo clássico, em vista justamente do desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Com efeito, as análises de Foucault permitem localizar os procedimentos institucionais da anatomopolítica e da biopolítica dentro do âmbito de ação do Estado liberal clássico e, mais ainda, ligar instituições centrais para a sociedade moderna – como a escola, a fábrica e até as ciências – à racionalidade do liberalismo clássico, ao capitalismo então em desenvolvimento.

### Referências:

BONNAFOUS-BOUCHER, Maria. *Le Libéralisme Dans La Pensée de Michel Foucault: Un Libéralisme Sans Liberte*. Paris: L'Harmattan, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. Soberania e Disciplina. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: a Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

\_\_\_\_\_. Não ao Sexo Rei. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Genealogia e Poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *L'impossible Prison : Recherches sur lê Systeme Pénitentiaire ao XIX Siècle*. Paris: Du Seuil, 1980

\_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Segurança, Território, População*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber: a Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. Por uma Genealogia do Poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: 1979.

MOREY, Miguel. La Cuestión del Método. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del Yo y Otros Textos Afines*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1991.

Data de registro: 26/03/2010

Data de aceite: 29/03/2010